



## A RECONFIGURAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA SOB O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

Laurinete Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A partir de estudo bibliográfico e documental evidencia-se que a questão agrária no Brasil é histórica, mas tem se reconfigurado e agravado desde o fim dos anos 1970, com o processo de inserção e expansão do capital financeiro no campo, através do agronegócio. Conclui-se que o agronegócio ameaça o meio ambiente, a vida e o trabalho dos camponeses, que são prejudicados na medida em que a terra, principal meio de sobrevivência, e com um alto índice de concentração, se reafirma enquanto objeto de especulação financeira.

**Palavras-chave:** Questão Agrária. Capitalismo. Agronegócio.

### ABSTRACT

From a bibliographic and documentary study, it is evident that the agrarian issue in Brazil has been a historic occurrence, but it has been reconfigured and worsened since the late 1970s with the process of integration and expansion of financial capital in rural areas through agribusiness. By conclusion, it is possible to assert that the agribusiness threatens the environment, the life and the work of the peasants who are harmed because the land, their main means of survival has a high level of concentration, because it belongs to a few wealthy individual and corporate owners, therefore, the land reasserts itself as an object of financial speculation.

**Keywords:** Agrarian Issue. Capitalism. Agribusiness

---

<sup>1</sup>Mestre. Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail: laurinetarsilva@gmail.com



## I. INTRODUÇÃO

A questão agrária está na base do processo constituinte da questão social no Brasil, e se manifesta na atualidade sobre velhas e novas formas, ocasionadas pelo processo de inserção e expansão do capital financeiro no campo. As bases de sua formação vincula-se ao período que os portugueses dividiram o país em grandes extensões de terra e centralizaram a produção para o abastecimento de mercados externos (PRADO, 2000). Mas, é no processo de consolidação e hegemonia do modo de produção capitalista no país que a questão agrária ganha novas dimensões, sobretudo a partir da década de 1960, quando se impôs um modelo de industrialização para a agricultura.

Embora histórica, é somente entre os anos 1940 e 1960 que o debate da questão agrária ganha ênfase no país. Nesse período, o país vivenciava transformações intensas, sobretudo na sua base produtiva. Observa-se grande incentivo do Estado, através de políticas públicas, ao processo de industrialização, em contraponto à atenção que, até os anos 1930, foi atribuída ao modelo agromercantil. Segundo Celso Furtado (1962), o desenvolvimento econômico nesse período era basicamente um processo de industrialização. Na sua concepção qualquer governo tinha o dever de acabar com os obstáculos que impossibilitassem esse desenvolvimento.

Entretanto, a questão central, conforme Prado Jr. (2000), estava nos padrões em que se processaria esse desenvolvimento. Se o país continuaria privilegiando a produção de bens para o mercado externo, exportando riqueza e provocando a pobreza, ou se mudaria de rumo, no sentido de consolidar um forte mercado interno, que ajudasse na distribuição da renda, e conseqüentemente contribuísse para melhorar a qualidade de vida. Diante desse dilema, a solução pensada por estudiosos como Prado Jr. (2000), era a desconcentração da terra, através da reforma agrária, para que o país se desenvolvesse social e economicamente.



Partindo dessa vertente, o Estado interpretou a questão agrária como questão fundiária. A reforma agrária se fundamentava na distribuição de terra. Entendia-se que feita essa distribuição os problemas sociais e econômicos do país seriam resolvidos.

Conforme José Graziano da Silva (1993, p.102), a reforma agrária aparecia “como o remédio para a crise agrária e para a crise agrícola porque passava o país”. Mas a reforma agrária não foi realizada. Os interesses da burguesia brasileira foram atendidos pela via do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura, que provocou o acirramento da questão agrária. Somando-se a esse modelo de desenvolvimento a opção do Estado foi efetivar projetos de colonização, hoje caracterizados como projetos de assentamentos, que foram e são implantados na perspectiva de expandir a fronteira agrícola e/ou amenizar os conflitos por terra. Mas, foi a partir dessas ações pontuais, que os trabalhadores camponeses perceberam concretamente que a questão agrária ultrapassa a questão fundiária. Sua resolução está além da distribuição de terras.

Essa percepção por parte dos trabalhadores camponeses pode ser notada quando se observa que nos anos 1980

a questão agrária volta à cena cotidiana face à crescente demanda por terra, expondo a contraface do processo de modernização. Os conflitos envolvem diversos segmentos de trabalhadores, que se confrontam não apenas com os grandes proprietários, grupos econômicos, empresas, Bancos etc., envolvidos nos negócios de terra, mas com o próprio Estado (LEITE e PALMEIRA, 1996). A ampliação dos conflitos revela que os mesmos já não são apenas conflitos em torno da terra, da produção ou das condições de trabalho. Trata-se também da construção de obras públicas, da assistência governamental nas situações de calamidade do meio ambiente, da assistência médica, entre outras questões (ARAÚJO, 1999, p. 25).

A partir dessa configuração nas lutas sociais no campo, estudiosos (SILVA, 1993; FERNANDES, 2001) e organizações de trabalhadores camponeses (MST; CONTAG, etc.) têm entendido que a questão agrária se apresenta de forma mais ampla nos dias atuais. Para estes segmentos, essa questão *compreende as dimensões econômica, social e política* (FERNANDES, 2001, p. 23-24) e

se alia hoje a um série de “outras” questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana, e a questão



das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No fundo, todos têm a ver com o caráter parasitário que atingiu a forma específica como se desenvolveu o capitalismo neste país (SILVA, 1993, p. 105).

Esse entendimento a respeito da questão agrária traduz a configuração que ela assume nos dias atuais. Com a inserção e expansão do capital mundializado no campo, sua manifestação se aprofunda em consequência do papel que a agricultura assumiu no processo de enfrentamento da crise capitalista dos anos 1970, conforme se analisa a seguir.

## **II. AGRONEGÓCIO E RECONFIGURAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Nos anos 1970 a agricultura assumiu papel central no enfrentamento da crise capitalista. O processo desencadeado para a superação dessa crise foi marcado por um movimento de reestruturação capitalista, que consistiu em expandir o capital em busca de novos ativos. É nesse período que as políticas neoliberais, em contraponto ao Estado keynesiano, passam a ser adotadas pelas grandes potências mundiais. Tais políticas foram: estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrição aos gastos públicos) (PETRAS, 1997).

A implementação dessas políticas, orientadas especialmente para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ocasionou uma série de transformações, tanto na esfera produtiva como na direção política dos Estados. No processo produtivo, a crítica ao rígido padrão de produção fordista impôs a acumulação flexível. Buscou-se fazer com que o trabalhador formal, de estatuto fordista, fosse substituído pelo trabalhador de tempo parcial, subcontratado, precarizado. A efetivação desse processo implicou a necessidade dos Estados Nacionais flexibilizarem as suas leis trabalhistas e possibilitarem legalmente a difusão de empresas regidas por um modelo de acumulação flexível. Isso significou a deliberação neoliberal de afastar o Estado das decisões relativas ao processo econômico.



O Estado continuaria com o seu papel de legalizar, mas não poderia interferir no rumo da economia, tampouco atuar efetivamente na implementação de algum processo que gerasse lucro, inclusive no que se refere às *atividades tradicionalmente excluídas da esfera do mercado* (TEUBAL, 2008, p. 141). Em relação a essas atividades, Teubal (2008, p. 141) explica que, possivelmente, as *atividades mais notáveis*, em que o processo de globalização exigiu a introdução e ampliação das características capitalistas, *tenham sido a educação, a saúde, a seguridade social, a ciência e a tecnologia, a cultura em geral, assim como muitas daquelas vinculadas ao setor agropecuário e a sistemas agro-alimentícios*.

Assim, percebe-se que além de ser afastado das práticas econômicas, requisitou-se do Estado uma atuação restrita no social. Considerando-se Harvey (2005), pode-se indicar que os serviços sociais prestados pelo *Estado de Bem Estar* passaram a significar valiosos ativos financeiros que deveriam ser liberados, colocados em circulação, para que o *capital sobreacumulado* pudesse se apossar dos mesmos. Com isso, estreitou-se a atuação do Estado na área social, que foi direcionada ao desenvolvimento de políticas para os mais pobres. Entre os exemplos concretos, onde se agilizou a introdução desse receituário neoliberal, encontram-se os países latino-americanos, aos quais as grandes potências econômicas mundiais impuseram o que Soares (2000) denomina de *ajuste neoliberal*<sup>2</sup>. Em decorrência da implementação do *ajuste neoliberal*, os povos dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso dos que integram a América Latina, passaram a ser os mais penalizados com a crise dos anos 1970 e com as propostas para a sua superação.

Nesta conjuntura, um dos setores que sofreu sérias transformações com o ajuste neoliberal sobreposto pelos países desenvolvidos aos latinos, foi o agrário (TEUBAL, 2008, p. 142), considerando que as estratégias encontradas para superar a crise econômica transferiram para a agricultura mundial um papel fundamental. E, como a

---

<sup>2</sup> Soares (2000) explica que, nos países da América Latina, esse *ajuste neoliberal* não foi apenas de natureza econômica, mas fez parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais. Sua execução se deu através de um pacote de exigências introduzidas pelas grandes potências a tais países, segundo as quais esses países deveriam: a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de alcançar maior competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas.



vida e a economia da maioria dos países latino-americanos estão relacionadas às questões agrárias e agrícolas, esse continente vivenciou transformações estruturais.

Pode-se indicar que o *ajuste neoliberal* na América Latina possibilitou o que Marques (2008) denomina de “globalização do capital na agricultura”, que em sua opinião é um processo que envolve tanto a terra como o trabalho e por isso tem sido extremamente oneroso para a população rural. A *globalização do capital na agricultura*, intensificada no continente sobretudo a partir dos anos 1990, incrementou o domínio do capital no campo, representado anteriormente pelas exigências da Revolução Verde, que introduziu mudanças no processo de produção agrícola. Entre as transformações impostas por esse modelo de “globalização”, Teubal é esclarecedor ao relatar que ele provocou em toda a América Latina

[...] a difusão crescente do trabalho assalariado; a precarização do emprego rural; a multiocupação; a expulsão de médios e pequenos produtores do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou através das fronteiras; a crescente orientação da produção agropecuária a partir dos mercados; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais onde predominam as decisões de núcleos de poder vinculados a grandes empresas transnacionais ou transnacionalizadas; a formação em alguns países dos denominados pool de siembra etc. [...]. No outro pólo do processo se manifesta a importância crescente que assumem os complexos agroindustriais comandados por grandes corporações transnacionais ou transnacionalizadas que se vinculam com o comércio mundial de produtos agropecuários, a provisão de insumos e tecnologia agropecuária, o processamento industrial e a distribuição final de alimentos, e a difusão dos pool siembra e/ou mecanismos financeiros que incidem sobre o fazer agropecuário. A maior concentração de capital nos diversos setores que integram os sistemas agroalimentares dos países latino-americanos, a provisão de novos insumos e tecnologia agropecuária, a transnacionalização de partes importantes do sistema agroindustrial associado ao meio rural, e a estreita articulação e crescente integração vertical no interior de importantes complexos agroindustriais, são fenômenos que podem relacionar-se com os processos de globalização (TEUBAL, sdp: 46-47 apud MARCOS, 2008, p. 192).

Essa fase, em que a globalização do capital se efetiva no setor agropecuário, é caracterizada por Teubal (2008, p. 139) como um período de “expansão e consolidação de um sistema de agronegócios”. Para o autor, é nesse sistema que reside “uma das



manifestações mais importantes dos processos de globalização no mundo atual”. Ele esclarece a respeito do sistema de agronegócios ou agronegócio, ao afirmar que

trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração (TEUBAL, 2008, p. 140)

O agronegócio implica numa fase em que grandes empresas transnacionais passam a controlar, em muitos países, sobretudo nos da América Latina, os segmentos fundamentais dos sistemas agro-alimentícios como: *a indústria alimentícia, a indústria de sementes, a produção de agroquímicos e outros insumos que são vendidos massivamente aos produtores agropecuários*” (TEUBAL, 2008, p. 142).

No caso do Brasil, um dos principais produtores agrícolas do continente latino americano, a globalização do capital na agricultura, e, conseqüentemente, a implementação e expansão do *agronegócio*, significou a expansão das áreas de produção para atender as exigências do mercado externo, *a maior abertura do mercado brasileiro e a ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país* (MARQUES, 2008, p. 60).

A expansão das áreas de produção para atender o mercado externo pode ser medida através de dados que apontam o aumento da produção/produtividade e da área plantada com produtos valorizados pelo agronegócio<sup>3</sup> (CAMPOS, 2006: 158), em detrimento dos produtos alimentícios básicos para alimentar a população brasileira. Dados da CONAB (2006 *apud* NORONHA et al. 2006: 08), sobre a área plantada no Brasil entre as safras 1994/95 e 2004/05 (em mil hectares), apontam que a área plantada com soja, milho e cana-de-açúcar, entre as safras 1994/95 e 2004/05 cresceu mais em relação às áreas destinadas para o plantio de arroz e feijão, que em regra são produtos valorizados no mercado interno e que em grande medida são produzidos por agricultores familiares nas suas pequenas e médias propriedades.

<sup>3</sup> Entre os produtos agrícolas que mais têm sido demandados para a exportação estão a soja, café, algodão, cana-de-açúcar, e produtos derivados, como álcool e suco de laranja.



Outro indicador da expansão das áreas de produção no país em favor do agronegócio pode ser verificado quando se relacionam os dados sobre a área dos estabelecimentos rurais e verifica-se que a terra se mantém concentrada em grandes propriedades, as quais geralmente se destinam a produção agrícola em larga escala.

A partir de dados do IBGE (2006) sobre os números da Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área – Brasil (1985/2006), indica-se que a estrutura agrária brasileira caracterizada por grandes propriedades não se alterou nos últimos vinte anos. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006 o IBGE apontou que as propriedades com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% (7,8 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentravam mais de 43% (146,6 milhões de hectares) da área total. Além disso, o outro foco que aponta a concentração se evidencia quando o IBGE analisou o número total de estabelecimentos e constatou que cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados. Esses dados demonstram que a valorização da terra e do agronegócio estagnou o índice de crescimento das médias e pequenas propriedades e manteve o número de grandes propriedades na perspectiva de alimentar as demandas do mercado externo.

Por sua vez, a *maior abertura do mercado brasileiro* à produção agropecuária, pode ser constatada no apoio do Estado para esse setor, através de políticas que permitem a atuação de empresas estrangeiras no país, um exemplo está relacionado à aprovação da medida que permitiu a plantação, colheita e comercialização do milho transgênico, conforme o Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (VIGNA, 2009). No caso da ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país, a evidência é transparente quando se observa que são empresas transnacionais que controlam a maioria dos *sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa*, operando desde o melhoramento genético até o produto final, *no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias primas agropecuárias devem fatalmente se inserir*, sejam eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados (MARCOS, 2008: 196-197).





Na produção de soja, temos como exemplos a atuação das transnacionais Bunge, Cargill, ADM - Archer Daniels Midland, que juntas controlam 60% dessa produção no Brasil e mais de  $\frac{3}{4}$  da indústria de processamento na Europa, que fornece óleo e farelo de soja para o mercado internacional.

O *poder/control*e que as multinacionais exercem no mercado brasileiro e mundial *não se resume à produção/comercialização de produtos agrícolas*, as atividades exercidas por estas e outras empresas multinacionais se estendem ainda à *produção de maquinários, insumos, sementes transgênicas e processamento industrial* (MARCOS, 2008: 192-193).

Nos dados do IBGE, percebe-se que a transformação do campo a partir da expansão do agronegócio se evidencia quando se analisa os itens mecanização e tecnificação na agricultura. Paulino (2008), em sua análise a respeito do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2006, afirma que

em 1960 havia um trator para cada 410 hectares cultivados. Em 2006, essa relação caiu 97 hectares por trator. Paradoxalmente, na última década houve uma diminuição de 1,95% no número de máquinas, embora nesse intervalo a área com lavouras tenha aumentado em aproximadamente 83%, passando de 41,7 milhões para 76,6 milhões de hectares cultivados. Isso significa que está havendo uma substituição por máquinas maiores e mais potentes, próprias para a exploração de larga escala.

Esse processo tem estimulado a redução do número de ocupações no campo, ou seja, conforme o Censo Agropecuário do IBGE (2006). vários postos de trabalho são perdidos com a intensificação da mecanização e tecnificação na agricultura.

Cabe destacar que, a perda de postos de trabalho na agricultura familiar torna a questão agrária brasileira bastante complexa, considerando que nos pequenos estabelecimentos agropecuários estão 74,4% dos trabalhadores camponeses de todo o país, ou 12 milhões e 300 mil pessoas em um universo de 16 milhões e 567 mil brasileiros no campo (IBGE, 2006). Ou seja, quanto menos investimento nos pequenos estabelecimentos agropecuários, há menos geração de emprego e renda no campo. Nesse sentido, constata-se que a valorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar tem



sido bastante prejudicial para geração desses itens, especialmente quando se compara os Censos Agropecuários (IBGE) de 1996 e o 2006 e certifica-se que as pequenas unidades rurais foram as principais empregadoras, respondendo por 84,36% dos trabalhadores camponeses, pois, embora cada uma dessas unidades gere poucos postos, elas empregam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare do que as médias (área entre 200 e 2 mil hectares) e 45,6 vezes mais do que as grandes propriedades (IBGE, 2006).

### III. CONCLUSÃO

Com esses apontamentos, observa-se que o modelo do *capitalismo globalizado* na agricultura, pautado no agronegócio, não tem gerado benefícios à situação sócio-ambiental e agrária do país. Afinal, sua expansão tem se dado principalmente por interesses econômicos, que subjagam as expressões da questão social, em especial, a agrária e a ambiental. Os trabalhadores camponeses do país são prejudicados na medida em que a terra, principal meio de sobrevivência, e com um alto índice de concentração, se reafirma enquanto objeto de especulação financeira.

### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Severina Garcia de. Terra e poder na virada do século. **Revista Inscrita**, nº V, 1999.
- CAMPOS, Christiane Senhorita Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas e Resistências**, v.1 (set. 2006) – Londrina: Midiograf, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST. **Coleção Questões da nossa época**, v. 92. São Paulo: Cortez, 2001.
- FURTADO, Celso. **A pré Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1ª edição, 1962.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005
- IBGE. [Censo Agropecuário 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1). 2006. Disponível em [www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1464&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1). Acesso em: 25 jan 2010.
- MARCOS, Valeria de. Agricultura e Mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed.



- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Quadro das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo** - SIT/SRTE, 2009. Disponível em [http://www.mte.gov.br/fisca\\_trab/est\\_resultado\\_quadro\\_divulgacao2009.pdf](http://www.mte.gov.br/fisca_trab/est_resultado_quadro_divulgacao2009.pdf). Acesso em 03 jan 2010.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Quadro geral das operações de fiscalização para Erradicação do trabalho escravo - SIT/SRTE 1995 a 2010**. 2010. Disponível em [www.mte.gov.br/fisca\\_trab/quadro\\_resumo\\_1995\\_2010.pdf](http://www.mte.gov.br/fisca_trab/quadro_resumo_1995_2010.pdf). Acesso em 30 maio 2010.
- NORONHA, Silvia; ORTIZ, Lucia (Coord.); SCHLESINGER, Sérgio. **Agronegócio e Biocombustíveis: uma mistura explosiva – Impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia**. Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.
- NORONHA, Silvia; ORTIZ, Lucia (Coord.); SCHLESINGER, Sérgio. **Agronegócio e Biocombustíveis: uma mistura explosiva – Impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia**. Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.
- PETRAS, James F. **Os fundamentos do neoliberalismo**. No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997a.
- PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SILVA. José Graziano da. O que é Questão Agrária. **Coleção Primeiros Passos**. 2ª Edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008.
- VIGNA, Edélcio. **De grão em grão, multinacionais enchem o papo**. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/de-grao-em-grao-multinacionais-enchem-o-papo/> . Acesso em: 23 março 2009.